

**Luta de classes e Conflitos Fundiários no Acre: Da Paranacre a Carlos Massa,
invasões e sobreposição de terras no Território Indígena Rio Gregório em
Tarauacá**

Victor Martins dos Santos Romero

RESUMO

Este artigo investiga os conflitos fundiários na região de Tarauacá, no estado do Acre, com ênfase no período iniciado na década de 1970, marcado pela expansão da fronteira agropecuária e pela chegada de investidores capitalistas oriundos das regiões Sul e Sudeste do Brasil. A análise foca na atuação de dois sujeitos centrais: a empresa paranaense de colonização e criação de gado Paranacre — fundada em 1976 e extinta em 2004 — e o empresário Carlos Massa, que adquiriu a propriedade em 2002, dando continuidade a distintos processos de acumulação vinculados ao mercado internacional. O recorte espacial do estudo se limita ao entorno do Território Indígena Rio Gregório, área historicamente habitada por povos originários da família linguística Pano, além de seringueiros(as), camponeses (as) e posseiros. Como instrumentos metodológicos, foram utilizadas reportagens jornalísticas e investigativas, além de referências da literatura crítica sobre luta de classes. A análise evidencia os efeitos estruturais e desiguais da ocupação capitalista da terra: enquanto comunidades tradicionais enfrentam processos de expulsão, violência e negação de direitos, empresários acumulam capital por meio da especulação fundiária e da valorização territorial.

Palavras-chave: Acre; Luta de classes; Conflitos fundiários.

ABSTRACT

This article investigates land conflicts in the Tarauacá region of the state of Acre, with an emphasis on the period that began in the 1970s, marked by the expansion of the agricultural frontier and the arrival of capitalist investors from the South and Southeast regions of Brazil. The analysis focuses on the actions of two central actors: the Paraná-based colonization and cattle raising company Paranacre — founded in 1976 and closed in 2004 — and the businessman Carlos Massa, who acquired the property in 2002, continuing distinct accumulation processes linked to the international market. The spatial scope of the study is limited to the surroundings of the Rio Gregório Indigenous Territory, an area historically inhabited by peoples originating from the Pano linguistic family, as well as rubber tappers, peasants, and squatters. Journalistic and investigative reports were used as methodological instruments, as well as references from critical literature on class struggle. The analysis highlights the structural and unequal effects of capitalist land occupation: while traditional communities face processes of expulsion, violence and denial of rights, businesspeople accumulate capital through land speculation and territorial appreciation.

Keywords: Acre; Class struggle; Land conflicts

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo investigar os conflitos fundiários na região de Tarauacá, no Acre, sobretudo a partir da década de 1970, com a expansão da fronteira agropecuária e a chegada de investidores capitalistas oriundos da região sul e sudeste do Brasil, até os dias atuais, marcados por diferentes mecanismos de acumulação vinculados ao mercado internacional. A análise será conduzido a partir da relação e aproximação entre dois sujeitos centrais: a empresa paranaense de colonização e criação de gado Paranacre -criada em 1976 e extinta em 2004 – e o empresário Carlos Massa, que adquiriu a propriedade em 2002, observando seus diferentes mecanismos de investimento ao longo deste período. O estudo se limite à região do entorno do Território Indígena Rio Gregório, que que historicamente abriga diversas comunidades dos povos originários da família linguística Pano, além de famílias camponesas e posseiros. Nota-se que a posse e o uso da terra pelos diferentes sujeitos resultam em uma série de empreendimentos voltados à acumulação de capital, inseridos em um contexto marcado por sobreposições irregulares de terras, invasões, expulsões e exploração de recursos naturais, revelando, assim, a expressão concreta das disputas de classes nas margens da periferia do capitalismo.

O debate proposto neste artigo acerca da luta de classes busca oferecer novas interpretações e críticas ao conceito dentro da tradição teórica marxista, evidenciando as diferentes contradições observadas em um contexto de expansão do capitalismo agropecuário na Amazônia, durante o período de ditadura empresarial-militar. Esse momento histórico, que marca o Acre a partir da década de 70, caracteriza-se pela inserção do estado às diretrizes da política desenvolvimentista voltada à região, impulsionando uma corrida por terras - especuladas e valorizadas como ativos lucrativos -, além da formação de pastagens e da intensificação da exploração madeireira, o que gerou uma série de conflitos fundiários. Esse avanço do capital agropecuário e madeireiro estende-se até os dias atuais, como evidencia a presente investigação sobre Carlos Massa e as terras em Tarauacá, onde ainda persistem invasões e sobreposições a territórios indígenas.

Na seção em que o artigo se debruça sobre as propriedades e investimos de Carlos Massa em Tarauacá, apresenta-se, de forma concisa, sua trajetória de ascensão econômica e política, evidenciando as conexões com empresários e membros da elite política e econômica. Essa abordagem justifica-se como um mecanismo investigação que busca

demonstrar que seu poder de acumulação e aquisição de terras não se dá de forma isolada, mas está profundamente entrelaçada a influências e favorecimentos que moldam a dinâmica de apropriação e manutenção de grandes propriedades fundiárias. As sucessivas etapas de especulação econômica envolvendo suas terras revelam diferentes formas de exploração capitalista na região, desde a derrubada de extensas áreas de floresta para o mercado madeireiro, desde o esforço para implementação de uma indústria madeireira para exportação, até o mais recente interesse das grandes corporações capitalistas: a venda de créditos de carbono.

A fonte metodológica adotada na pesquisa inclui reportagens e matérias jornalistas, sobretudo os jornais locais, como o jornal *O Varadouro*, criado em 1977 em Rio Branco, Acre - um periódico que contestou a censura imposta pela ditadura empresarial-militar. Também foram mobilizados diferentes estudos sobre as transformações econômicas e sociais no Acre e na Amazônia, dando prioridade para aqueles produzidos e elaborados por agentes de diferentes povos originários, cuja publicações oferecem valiosas contribuições para a compreensão das transformações no período em análise.

Acerca do debate teórico sobre a luta de classes na tradição marxista, mobilizo as obras *O 18 de Brumário* de Luís Bonaparte e *As Lutas de classes na França*, de Karl Marx, textos fundamentais para o estudo do conceito e para a compreensão das contradições e antagonismo de classes nas relações capitalistas, atentando para os diferentes discursos, valores e significados invocados na sustentação dos processos de acumulação. Incorporo ainda as contribuições teóricas propostas por Edward P. Thompson, sobretudo em sua obra *A formação da classe operária inglesa*, adotando sua concepção de classe enquanto um fenômeno histórico, processual, dinâmico e em constante transformação.

2. Luta de classes no Acre no século XX: expansão da fronteira agropecuária, conflitos fundiários e estratégias de resistência

“A história de toda sociedade até aqui é a história de lutas de classes”. Essa máxima, formulada por Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, publicado em 1848, convoca trabalhadores e trabalhadoras a reconhecer o seu poder histórico, seu potencial revolucionário e sua capacidade de transformação social. Louis Althusser, na sua apresentação da obra *Os conceitos elementares do materialismo histórico* de Marta

Harnecker, rememora que a luta de classes está no centro e no coração da ciência e filosofia marxista. A luta de classes é o “elo decisivo” para compreender os fenômenos econômicos e sociais de uma determinada sociedade que se pretende estudar, considerando que esses fenômenos são processos reais que ocorrem sob relações antagônicas - isto é, relações de classes em oposição. As forças produtivas, quando inseridas nas relações de produção, fundamentam-se em uma dinâmica de exploração (HARNECKER, 1981, p. 7–9).

Este artigo busca examinar, à luz dos conceitos do materialismo histórico, um dos inúmeros processos de exploração capitalista e da luta de classes na Amazônia brasileira, mais especificamente no estado do Acre. Trata-se de uma região que, há séculos, enfrenta processos violentos de saques, desmatamento e genocídios que atingem de forma incalculável vidas humanas, animais, a biodiversidade e inúmeras comunidades tradicionais. Seu “desenvolvimento” está atrelado à economia de mercado global, caracterizando uma relação de dependência com os países centrais¹. Entre os diversos produtos e matérias primas que abastecem o mercado internacional e engordam o patrimônio de poucos milionários, a Amazônia se encontra no centro de um intenso conflito intenso em torno de um ativo cobiçado: a propriedade da terra. Uma invenção estrangeira imposta aos saberes e culturas milenares que tradicionalmente habitam essa região de forma comunal.

Ao apontar o antagonismo da expansão capitalista agropecuária e a luta de classes no Acre, justifica-se a aproximação com a teoria marxista pela necessidade, atual e cada vez mais urgente, de compreender o avanço do capitalismo na Amazônia e seus impactos sobre territórios e modos de vida dos povos da floresta². O processo aqui analisado, da

¹ Ao analisar a situação da Amazônia durante o século XX, é notável a persistência de um padrão econômico caracterizado pela subordinação da região aos interesses externos. Esse cenário perpetua elementos arcaicos em suas relações de produção e reafirma a histórica dependência da economia brasileira em relação ao mercado mundial. O *capitalismo dependente* é uma abordagem teórica que, através de uma vasta e importante literatura, busca respostas para explicar as diferenças e desigualdades no desenvolvimento entre os países chamados centrais e periféricos, entre eles o Brasil e os países da América Latina. Podemos encontrar uma sucinta definição na afirmação de Marini (2017), na qual a *dependência* pode ser “[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada de dependência”(MARINI, 2017, p. 237)

² Durante a pesquisa, utilizei o conceito de *povos da floresta*, que surgiu em 1987 durante o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros em Brasília, no marco da criação da Aliança dos Povos da Floresta, idealizada por Chico Mendes e lideranças indígenas e de comunidades extrativistas no Acre. Essa aliança buscava garantir direitos como a demarcação de territórios e a criação de reservas extrativistas, propondo um modelo de desenvolvimento sustentável. A experiência coletiva emerge depois que seringueiros(as) e diferentes povos originários adquiriram consciência do fato de terem sido colocados historicamente em um confronto em decorrência da disputa pela exploração dos padrões e modelo de produção dos seringais. Os primeiros

expansão da fronteira agropecuária no Acre, intensificado a partir da década de 1970, foi impulsionado por investimentos de elites nacionais que, ainda hoje, se sustentam em um discurso arcaico de “desenvolvimento” e “progresso”.

Sob a perspectiva marxista, é possível observar como os movimentos históricos de acumulação capitalista se sustentam ao invocarem discursos, valores e significados que legitimam novas etapas de exploração e domínio. Conforme aponta Karl Marx no livro *18 de Brumário de Luís Bonaparte* (2011), os fatos não se repetem na história de forma idêntica, mas são reinterpretados para sustentar novas formas de opressão e acumulação (MARX, 2011, p. 25). Aplicando essa análise para o Acre, nota-se como a elite dominante manteve um sistema de exploração arcaico, primeiro através do mercado internacional da borracha e, posteriormente, com a expansão agropecuária/madeireira a partir da década de 1970. As terras observadas neste artigo, localizadas em Tarauacá, Acre, exemplificam esse processo histórico, evidenciando as facilidades e incentivos concedidas aos grandes proprietários em um cenário de disputa entre os seus interesses capitalistas e as formas de resistência das populações locais. Dessa forma, investigar esses processos é essencial para compreender os mecanismos de reprodução do poder no Acre e os desdobramentos da luta de classes na Amazônia, onde antigos discursos e mecanismos de exploração são ressignificados para perpetuar a acumulação capitalista em torno de grandes propriedades de terra.

Dessa forma, ao analisar as terras em disputa em Tarauacá, evidencia-se como a dinâmica histórica de exploração no Acre se insere em um padrão mais amplo de reprodução do capitalismo na Amazônia. A presente investigação sobre grandes propriedades e os conflitos fundiários na região revela as contradições inerentes às relações capitalistas locais, aproximando-se da análise de Marx (2011) sobre as formas de dominação e acumulação no século XIX, em um capitalismo tardio. Enquanto os ideais do capitalismo—como direitos civis, igualdade e liberdade—são propagandeados como princípios universais, na prática, encontram seus limites nas dinâmicas concretas de apropriação e expansão econômica. No contexto do Acre, essas contradições se materializam na grilagem de terras e nos conflitos fundiários, nos quais o avanço agropecuário e madeireiro ressignifica discursos de desenvolvimento para perpetuar

encontros que possibilitaram essa articulação foi organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri na década de 80. Considera-se povos da floresta habitantes tradicionais da floresta amazônica – povos originários, seringueiros(as), castanheiros(as), apicultores(as) entre outros e outras - que baseiam seu modo de vida na extração de recursos naturais da floresta (ALLEGRETTI, 2002, p. 414).

relações arcaicas de exploração e exclusão. Assim, investigar as relações inerentes ao objeto de estudo permite compreender como os mecanismos do capitalismo tardio operam na Amazônia, legitimando desigualdades estruturais e consolidando o poder das elites regionais.

Na obra *As lutas de classes na França* (2012), Marx analisa como a classe dominante se apropria do Estado em benefício próprio, explorando mecanismos como a construção de obras públicas financiadas por empréstimos e subsídios, que garantem à aristocracia financeira “polpudos rendimentos” (MARX, 2012, p. 39). Essa reflexão ressoa no contexto amazônico contemporâneo, onde a elite proprietária – representada pelos grandes agentes do agronegócio e da exploração madeireira – reproduz práticas semelhantes, consolidando seu poder econômico e político em detrimento do meio ambiente e das populações locais. Assim como no século XIX, o capital na Amazônia opera ressignificando discursos e mecanismos de dominação, de modo que, parafraseando Marx, essa sociedade não é denominada por Bourbon nem Orleans (ou Massa), mas pelo Capital – um capital alicerçado na exploração do trabalho humano e dos recursos naturais, sustentado por um Estado onde essas elites governam conjuntamente (MARX, 2011, p. 48). Nesse sentido, os conflitos fundiários e a grilagem de terras em Tarauacá não são apenas eventos isolados, mas parte de um padrão de reprodução do capitalismo na região, reafirmando as desigualdades e a concentração de poder nas mãos de uma elite dominante.

Ao invocar o conceito de classes a partir da perspectiva marxista, faço uso da contribuição dada por Edward Thompson, especialmente em sua obra *A formação da classe operária Inglesa* (1987). No livro, Thompson entende por classe um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados que ocorre efetivamente nas relações humanas. Ou seja, não podemos considerar a classe enquanto uma instituição, algo estático, mas sim uma prática dinâmica. Ainda segundo o autor, a classe acontece quando algumas pessoas, como resultado de experiências comuns, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si contra outros interesses diferentes dos seus (THOMPSON, 1987, p. 9 a 11).

A contribuição de Thompson sobre a classe como um fenômeno histórico e dinâmico é relevante para entender a luta de classes no Acre, onde o conflito pela terra é moldado por experiências comuns e interesses opostos. A expansão do modo de produção capitalista agropecuário intensificou essas contradições, criando uma identidade coletiva

e estratégias de resistências entre os povos da floresta, moldadas por experiências históricas comuns.

Dessa forma, no estado do Acre, o conflito pela propriedade assume características próprias, gerando contradições singulares. Durante muitos anos o Acre foi o principal fornecedor de borracha para o mercado mundial, especialmente no período da “Batalha da Borracha” e dos projetos de integração econômica nacional promovidos pelo governo Vargas. Nesse contexto, destacam-se os acordos firmados com os EUA para o comércio exclusivo da borracha durante a Segunda Guerra Mundial. A demanda por mais mão de obra levou o governo a financiar um intenso fluxo migratório de trabalhadores e trabalhadoras para a região, ampliando a ocupação do território e aprofundando as disputas fundiárias.

Com o declínio da economia da borracha na Amazônia no final da década de 60 e início da década de 70, o governo militar passou a investir em novos modelos econômicos, visando integrar a região ao mercado nacional e internacional. A estratégia adotada consistia em oferecer incentivos fiscais a grandes empresas interessadas em explorar a Amazônia, especialmente nos setores da pecuária, extração de madeira e mineração. Se outrora, a economia extrativista dependia da floresta em pé, garantindo a subsistência das comunidades tradicionais, o novo modelo exploratório passou a demandar vastas extensões de terra para implantação de pastagens, promovendo a expansão da fronteira agropecuária.

Esse período em que a “boiada passa” marca um novo ciclo predatório de exploração do capital, resultado das contradições inerentes ao modo de produção capitalista e sua gana por acumulação. Desde a chegada dos colonizadores portugueses, espanhóis, holandeses, ingleses, estadunidenses - do Brasil colônia à república “independente” -, a exploração da vida na Amazônia tem se dado sob uma lógica de saque e apropriação de recursos naturais, exploração da força de trabalho, devastamento da floresta, da biodiversidade, da fauna e da ampla e diversa população da região, modificando e mutilando seus corpos, culturas e tradições. Também evidencia a relação de dependência econômica da Amazonia e do Brasil em relação à economia global, marcada à ferro pela posição periférica dos países na divisão internacional do trabalho. A divisão arbitrária de suas terras férteis, orientada pelos interesses de acumulação capitalista, remonta à assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494, passando pelo comércio internacional das “drogas do sertão”, como o cacau, e alcançando o ciclo da borracha.

Essa última merece uma atenção mais detalhada, pois é o momento em que emerge a figura social dos seringueiros e seringueiras, trabalhadores e trabalhadoras cuja existência está intrinsicamente atrelada à lógica de exploração do capital. A borracha, extraída da seiva da seringueira, *hevea brasiliensis*, possui propriedade química e física que a tornaram uma matéria prima estratégica para o desenvolvimento industrial, especialmente nas indústrias automobilística, de aviação e calçados. Diversas espécies de árvores no planeta produzem borracha, mas nenhuma com a qualidade, abundância e elasticidade das espécies nativas da bacia amazônica. Dessa forma, a Amazônia tornou-se a principal fonte dessa exploração, concentrando um elevado investimento de capital destinado à extração e comercialização da borracha. A demanda internacional por essa matéria-prima cresceu de maneira significativa ao longo do século XIX e na primeira década do século XX, fortalecendo a inserção da região na lógica mercantil global e aprofundando as relações desiguais de produção e troca³.

Avancemos ao período histórico que nos interessa para este artigo: o declínio da economia gomífera no final década de 60 e a chegada violenta do capitalismo agropecuário, sobretudo no estado do Acre, foco desta análise. No início dos anos 70, o governador do Acre, Vanderley Dantas (1932-1982), seguindo as diretrizes do governo federal para modernizar a economia da Amazônia e “integrar” a região ao resto do país, buscou atrair investidores do sul/sudeste do Brasil e estrangeiros. O governo estadual oferecia terras a preços baixos e prometia a construção de uma rodovia que ligaria o Acre ao Peru e o Oceano Pacífico, facilitando o escoamento da produção e novas rotas comerciais. Outros atrativos para os investidores capitalistas foram os incentivos fiscais, como o Programa de Polos de Desenvolvimento Agropecuário e Agrominerais da Amazonia (Polamazônia), o Programa de Redistribuição de Terras (Proterra), administrados pelo Banco da Amazônia (Basa) e pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Grande parte destes investidores veio dos estados de São Paulo e Paraná, regiões onde havia capital excedente para ser aplicado na conversão de florestas em grandes áreas de pastagem, além de já possuírem uma tradição consolidada na pecuária e no uso de tecnologias agropecuárias. Esse período ficou conhecido como a época da “chegada dos paulistas” (TONI et al., 2007, p. 73-74).

³ Diferentes ciclos da economia gomífera marcam a região Amazônica a partir do final do século XIX e XX. Conforme designa Roberto Santos em seu estudo sobre a história econômica da Amazônia, pode-se se dividir em quatro fases: (I) fase da decadência (1800 a 1840); (II) fase da expansão gomífera (1840-1910); (III) fase de declínio (1910-1920); (IV) fase de crescimento moderado (1920 a 1970) (SANTOS, 1980, p. 13-14).

A venda dos seringais para investidores do centro-sul resultou na expulsão dos seringueiros e seringueiras, além de diferentes povos originários, uma medida estratégica para impedir o reconhecimento dos direitos de posse dos habitantes locais. A situação se complicou ainda mais quando os fazendeiros decidiram lotear os seringais e vendê-los para colonos do sul do país, que eram pressionados a vender suas propriedades devido à expansão da agricultura mecanizada no Paraná e à construção da Hidrelétrica de Itaipu. A oportunidade de adquirir áreas maiores a preços mais acessíveis atraiu esses migrantes, resultando em conflitos com os seringueiros(as) que já viviam lá há gerações. A expulsão desses trabalhadores e trabalhadoras, a falta de emprego nas cidades e a concentração fundiária em latifúndios intensificaram os conflitos, abrindo espaço para movimentos de resistências das comunidades tradicionais no Acre (ALLEGRETTI, 2002, p. 214).

É neste contexto histórico que surge o movimento de resistência, consciência e coletivização dos seringueiros e seringueiras no Acre. Trata-se de reação organizada frente à expansão da fronteira agropecuária e suas múltiplas formas de violência, que não apenas ameaçavam o direito de posse dos trabalhadores e trabalhadoras extrativistas, mas também resultaram no assassinato brutal a sangue frio daqueles e daquelas que ousaram se levantar contra a lógica predatória do capital. Esse processo de resistência não se deu de forma espontânea, mas foi resultado das contradições sociais geradas pela tentativa de expropriação e exploração dos territórios tradicionalmente ocupados pelos seringueiros (as), revelando o antagonismo entre o capital agropecuário e a reprodução material e cultural dos povos da floresta.

Um exemplo dessa estratégias de resistências dos seringueiros(as) foi o surgimento dos primeiros sindicatos, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia (1975) e de Xapuri (1977). Outra importante ação política e de luta dos seringueiros(as) foram os *empates*: movimento em que homens, mulheres e crianças se colocavam ao redor de árvores ou áreas a serem desmatada com a finalidade de evitar a derrubada. Esses trabalhadores e trabalhadoras postavam-se pacificamente diante de peões, motosserras, pistoleiros e do ódio contra a floresta, provocando uma mudança significativa para as lutas sociais na Amazônia, tornando-se um marco na região e alterando permanentemente o cenário socioambiental. O primeiro *empate* foi realizado em 1976 no Seringal Carmen, próximo à fronteira com a Bolívia, e passou a caracterizar a resistência dos

seringueiros(as) à expulsão de suas posses⁴. Foram em torno de 40 *empates* realizados entre as décadas de 70 e 80 no estado do Acre (ALLEGRETTI, 2002, p. 235).

Os *empates* também lançaram para o cenário internacional importantes lideranças na luta dos seringueiros(os) no Acre, como, Wilson Pinheiro (1933 – 1980), Marina Silva (1958 -) e Chico Mendes (1944 – 1988). Este, relevante líder sindical que se tornou uma referência mundial da luta dos trabalhadores(as) rurais da floresta do Acre, exerceu uma posição fundamental para conscientizar a população local, trabalhadores (as) extrativistas e povos originários, os povos da floresta, acerca da importância de preservação da floresta e seus direitos. Foi assassinado pelo agronegócio em sua residência no município de Xapuri em 1988.

Destaco a ação dos empates como uma estratégia dos trabalhadores e trabalhadoras para o reconhecimento de suas posses. Os empates constituíram uma referência para os seringueiros(as) de boa parte do estado do Acre, especialmente por representarem uma vitória de um Sindicato que defendia a classe extrativista e pela conquista do reconhecimento de seus direitos de posse pelas autoridades. Esse avanço foi fundamental diante do período anterior, no qual eram expulsos de suas terras sem qualquer possibilidade de defesa ou direito a indenização. (*Ibid.*, p. 249)

A política de colonização e expansão da fronteira agropecuária implantada nas décadas de 70 e início de 80 pelo governo empresarial-militar expulsou de suas terras, segundo levantamento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, algo em torno de 15 mil famílias, derrubando mais 180 mil seringueiras, 80 mil castanheiras e 1,2 milhão de árvores de madeiras nobres. Também foram mais de 100 assassinatos na Amazônia a partir de 1975 (DINIZ, 2019, p. 44).

A atividade econômica da extração do látex também foi se tornou, de forma forçada, uma realidade para os povos originários às margens do Rio Gregório e outros rios afluentes do Rio Juruá, sendo essa transformação econômica constituída a partir de um longo processo de genocídio e exploração de diversas origens na região. Historicamente,

⁴ “Em 10 de março de 1976 aconteceu o primeiro movimento mais importante, quando chegaram 3 seringueiros de um seringal próximo de um seringal próximo a Brasília, o Seringal Carmen, e denunciaram que a área deles estava sendo devastada por 100 peões, com pistoleiros na região. Num momento de desespero, porque as suas colocações estavam ameaçadas pelos peões do fazendeiro lá dentro, acampados pra desmatar, foram barrados pelos trabalhadores. E a gente viu que pela via judicial não tinha jeito, aí falaram: 'Companheiros, vamos pensar numa outra alternativa, vamos partir para o empate'. E aí um grupo de 60 posseiros, pela primeira vez, homens e mulheres, sem orientação, se entrincheiraram na área, fizemos uma trincheira na selva para impedir o desmatamento. Fomos todos armados e encurralamos os peões. E durante 3 dias o desmate foi suspenso” (ALLEGRETTI, 2002, p. 236).

essas terras são habitadas por diferentes povos originários da família linguística Pano, como os Yawanawá, Huni Kuin (Kaxinawá)⁵ e Katukina. Pressionados pela expansão das fazendas seringalistas, parte dessas populações trabalhou no corte da seringa e na produção de borracha. Mais precisamente na região do Rio Gregório as invasões aos territórios indígena e ocupação dos seringalistas se dá partir do final do século XIX e início do século XX. As invasões na região ocorrem através do intenso processo migratório de trabalhadores(as) sem-terra e de estados, em sua grande maioria da região nordeste, bem como os caucheiros peruanos que exploravam a região. Nesse contexto a situação das nações indígenas piorou bastante, aumentando os conflitos com as diferentes formas invasões. Esse período de ataques, destruição e lutas é lembrado como “correrias”:

Os índios não conseguiam mais permanecer em suas terras onde queriam morar: ficavam sem direção. Se os nordestinos atacavam, os índios corriam para as cabeceiras dos rios. Quando chegavam nas cabeceiras dos rios, os caucheiros peruanos atacavam e os índios corriam, corriam para outra direção. A essa “corre corre” dos índios, perseguidos pelos caucheiros e nordestinos, deram, na história do Acre, o nome de “correrias”. Os “nawa”⁶, quando encontravam as malocas, metiam logo fogo e bala para matar os caciques e os homens da aldeia e ficavam com suas mulheres e filhos mais novos. Tudo era destruído, até os roçados eram queimados para os índios não terem o que comer. Vendo isso, as nações indígenas começaram a se revoltar contra os invasores e começaram a guerrear. E a situação complicava cada vez mais. Os índios não venciam a guerra, por haver muitos invasores com armas superior à dos indígenas (Índios no Acre - história e organização, 2002, p. 92)

Através dos exemplos apresentados de forma pontual e objetiva, evidenciam-se as diferentes formas de violência e usurpação no processo de grilagem e especulação fundiária aplicadas aos povos da floresta em Tarauacá a partir da década de 1970. Nota-se a repetição do ciclo de destruição da Amazônia: grilagem, desmatamento, extração e venda de madeira, implantação de pastagens e expansão pecuária. O prejuízo recai sempre sobre aqueles que ali habitavam, resultando na expropriação de comunidades inteiras e, frequentemente, na perda de centenas de vidas.

Por outro lado, esse processo impulsiona a especulação fundiária e a acumulação de capital para uma elite que, em muitos casos, jamais pisou nas terras de onde extrai sua riqueza. Homens bem-vestidos, frequentadores da alta sociedade, lucram com a

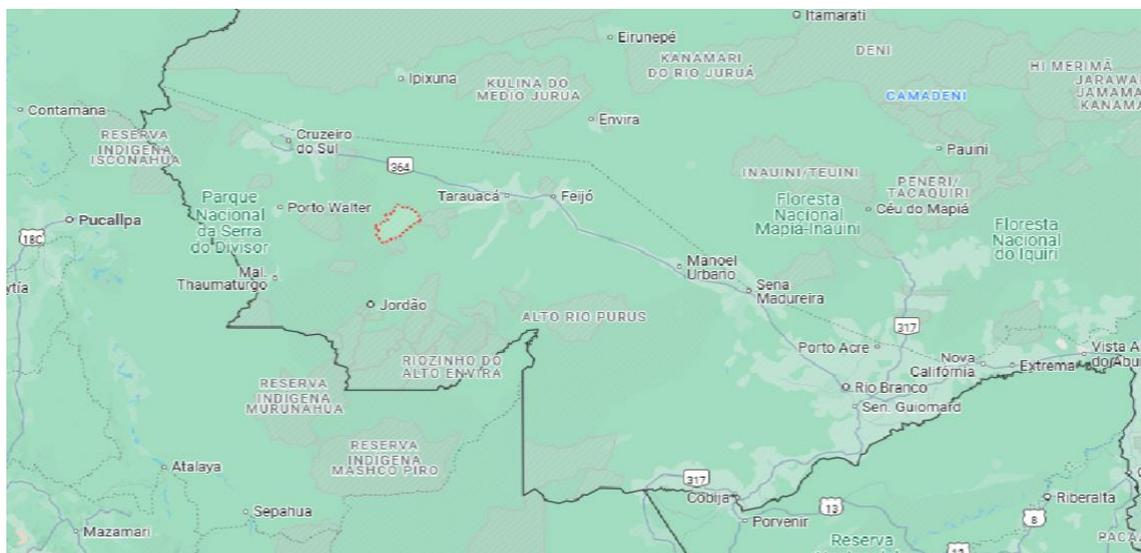
⁵A denominação 'Kaxinawá' foi atribuída pelos brancos durante o período de contato. No entanto, o próprio povo se autodenomina Huni Kuin, que significa que é o próprio povo, gente com costumes conhecidos. Por isso, no decorrer deste estudo, utilizarei a autodenominação Huni Kuin para me referir a essa população. Em alguns trechos do texto, por opção de manter as fontes bibliográficas originais, encontrara a denominação Kaxinawá. (Povos indígenas do Brasil, 2025)

⁶“Nawa” significa gente, pessoas, não se referindo necessariamente a indivíduos de etnias originárias.

apropriação e mercantilização da terra sem jamais ter “sujado” os pés na lama amazônica. Esse ciclo evidencia não apenas a violência estrutural da expansão agropecuária, mas também a lógica capitalista de expropriação e concentração fundiária, reproduzindo dinâmicas históricas de exploração e aprofundando as contradições entre capital e trabalho na região.

Os processos de exploração na Amazônia e a consequente luta de classes são marcados pela presença de empresas e homens com poder econômico, que em geral enfrentam poucos impedimentos legais ou institucionais em seus cursos de acumulação. Esses indivíduos compartilham características semelhantes, mantendo relações sociais influentes e ocupando posições estratégicas tanto na economia quanto na política. Na próxima seção, abordarei os momentos cruciais do conflito por terras em Tarauacá, no Acre, destacando as ações da empresa paranaense Paranacre nas décadas de 70 e 80, bem como a aquisição das glebas por Carlos Massa em 2002. Analisarei suas diferentes estratégias de expansão territorial e acumulação, evidenciando como tais dinâmicas resultaram em processos violentos de desapropriação de inúmeras famílias e culturas na Terra Indígena Rio Gregório.

1 – TERRITÓRIO INDÍGENA RIO GREGÓRIO



FONTE: GOOGLE. Google maps. (2025)

2.1 Às margens do Rio Gregório: Paranacre e o histórico de conflitos no TI Rio Gregório

Ao associar a expansão agropecuária de empresas nacionais no Acre, destaco a Companhia Paranaense de Colonização Agropecuária e Industrial do Acre – Paranacre, empresa que iniciou suas atividades em 1976 e foi extinta por encerramento de liquidação voluntária em 2004. A empresa teve como atividade de negócios a criação de bovinos para corte e para a comercialização⁷. A Paranacre, na data de sua extinção, contava com o banqueiro, agropecuarista e ex-senador José Eduardo de Andrade Vieira (1938 – 2015) como diretor. Foi proprietário e o último presidente do banco Bamerindus, antes de sua incorporação pelo HSBC em 1997. Foi senador pelo estado do Paraná pelo PTB, bem como ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, entre 1992 e 1993 e ministro da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária por apenas um mês, entre setembro e outubro de 1993. Retorna ao ministério da agricultura no governo FHC em 1995. José Vieira também foi sócio do Grupo Folha e fundador da empresa de papel e celulose Inpacel Indústria, que, em 2006, foi incorporada à multinacional finlandesa Stora Enso por US\$ 415 milhões (Folha de S. Paulo, 2006).

Contava também, no quadro de diretores, com o empresário e ex-presidente da viação Garcia, José Paulo Garcia Pedrialli (1951 (?)- 2014), além do empresário Odilon Bertin Fuganti (1944 – 2022), um dos proprietários da sociedade anônima Irmãos Fuganti, localizada no norte do Paraná, instalada em Maringá no início da década de 50.

A Paranacre, no início das décadas de 70, comprou algo em torno de 500 mil hectares na região de Tarauacá, às margens do Rio Gregório. Parte dessas terras foram adquiridas pelo ex-senador biônico do Arena Altevir Leal (1929 – 1999), se apossando também de mais de sessenta seringais. Altevir comercializou-as com empresários paranaenses, proprietários do grupo Café Cacique e Viação Garcia entre outros, todos de Londrina. Nas propriedades da Paranacre estavam localizados os seringais Sete Estrelas e Kaxinawá, antigo local de moradia do povo Yawanawá e Huni Kuin, terra considerada sagrada por abrigar antigos cemitérios (RAMOS, 2021).

Na época da aquisição das terras pela Paranacre, os diferentes povos originários que ali residiam foram informados que essas terras haviam sido compradas com tudo o havia nelas, incluindo as pessoas que ali habitavam, com suas terras, famílias, plantações e locais sagrados. Segundo relatos de Francisco Yawanawá e Fernando Yawanawá, que vivenciaram as transformações provocadas pela Paranacre na década de 1970, os

⁷ CONSULTA CNPJ. Disponível em: <http://cnpj.info/Paranacre-Cia-Paranaense-de-C-Agrop-e-Ind-do-Acre-Paranacre-Tarauaca-AC-1>. Acesso em: 26 mar. 2025.

impactos abrangem os aspectos sociais, econômicos e culturais, afetando profundamente a vida e identidade desses povos:

Depois chegaram os representantes da PARANACRE, uma empresa do sul do país. Esses “paulistas” chegaram dizendo que tinham comprado todo o rio Gregório do Altevir Leal, com nós, índios, dentro. A PARANACRE fez lei igual à do barracão do patrão seringalista. Ficou tudo no mesmo cativeiro velho. Os índios continuaram vivendo ali. Batiam campo para a firma colocar seu gado. Cortavam seringa e faziam muita borracha. Pagavam renda. Ninguém podia vender um quilo de borracha para fora. Se um índio levava uma pela de borracha, ameaçavam mandá-lo embora da sua colocação.

O povo Yawanawá foi perdendo a sua cultura, as festas e brincadeiras. Os pajés não rezavam mais. Os pajés sabiam de tudo que estava acontecendo ali. Tudo eles sabiam e guardavam dentro deles. Quando os Yawanawá falavam na língua indígena, os brancos ficavam mangando e diziam para nós:

- Olha, os caboclos cortando gíria!

Por isso, hoje, só os velhos falam a nossa língua Yawanawá. Mas, agora muitos jovens já começaram a aprender a falar nossa língua e a dar valor a nossa cultura e às nossas festas tradicionais (Índios no Acre - história e organização, 2002, p. 116)

A empresa paranaense apresenta em seu histórico de atividades práticas de grilagem e de exploração da mão de obra, com relato dos Yawanawá sendo perseguidos e até submetidos a condições de trabalhos escravizados pelos patrões. Também foram proibidos de caçar, pescar, fazer roçado e outras atividades essenciais para sua subsistência. Segundo matéria datada de 1981 do jornal *O Varadouro*, algumas lideranças Yawanawá relatam as precárias condições de vida a que foram submetidos pela Paranacre, sendo explorados em diversos âmbitos. Além de enfrentarem a cobrança de preços abusivos pelas mercadorias necessárias à sobrevivência, também eram obrigados(as) a pagar renda pelo uso das estradas de seringa dentro de suas próprias terras, além de outras “comissões” impostas pela empresa. Também eram proibidos de realizar suas festas tradicionais e práticas espirituais sagradas, como beber Uni⁸, sendo considerado “coisa do diabo” (VINNYA; OCHOA; TEIXEIRA, 2006, p. 34).

⁸ Uni, ou ayahuasca, é uma bebida milenar e sagrada para diversas comunidades sul-americanas, feita à base de uma espécie de cipó e folhas que provocam alterações da consciência e da sensibilidade. A ayahuasca também é usada como remédio para o corpo e espírito, e está presente em rituais e celebrações de diversos povos indígenas no Acre, Peru e Bolívia. No século XX, após contato com os imigrantes, algumas doutrinas espirituais surgiram no Acre, como o Santo Daime.

Os primeiros movimentos de resistência à Paranacre tiveram início com o processo de regularização das terras indígenas no Acre, em 1976, com suporte da FUNAI, sendo que até então, nada havia sido feito pelo governo federal ou estadual para garantir os direitos das populações originárias. Estudos realizados entre 1976 e 1979 identificaram 18 áreas indígenas no estado, sendo 4 no Vale do Alto Purus e 14 no Vale do Alto Juruá, a considerar também os povos não contactados⁹. A partir deste período surgiram diversos movimentos de organização e estratégias de enfrentamento das populações originárias do estado, denunciando os mecanismos de violência dos invasores, bem como a exigência da regularização de suas terras. Este período é conhecido como Tempo dos Direitos. No caso das populações em torno do município de Tarauacá e Rio Juruá, a principal luta era contra a Paranacre, visando expulsá-la de suas terras e cessar o período de violência e invasões. Esse movimento contou com o auxílio de órgãos como a FUNAI, a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI - Acre) e o Conselho de Missão entre Índios (COMIN) (Índios no Acre - história e organização, 2002, p. 119).

As diferentes lutas e estratégias das populações envolvidas resultaram na demarcação, em 1983, e na homologação em 1991 do Território Indígena Rio Gregório, por meio do Decreto nº 281, de 29 de outubro de 1991. Inicialmente, a área reconhecida era de 92.859 hectares, tornando-se a primeira terra indígena demarcada no Acre. Posteriormente, seus limites foram revistos em 2007, com a nova portaria nº 1.388 publicada no Diário Oficial da União dia 15 de agosto daquele ano. Em 05 de setembro de 2023, durante uma cerimônia em celebração ao Dia da Amazônia e ao Dia Internacional da Mulher Indígena, o presidente em exercício, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou um novo decreto de homologação (Decreto nº 11.690), alterando a superfície do TI Rio Gregório para 187.125 hectares, substituindo o decreto anterior (Portal da Legislação - Planalto, 2023).

Trago para análise deste artigo a situação da população Huni Kuin¹⁰ da Praia do Carapanã, localizada no TI Rio Gregório, que tem enfrentado constantes conflitos com os

⁹ O território do Acre está dividido em duas grandes áreas geográficas: a primeira é conhecida como Vale do Acre, que engloba as regiões do Purus, Baixo Acre e Alto Acre; a segunda é a mesorregião do Vale do Juruá, compreendendo as regiões do Juruá e Tarauacá-Envira.

¹⁰ População Huni Kuin no Acre é de 11.729 pessoas, segundo censo da Siasi/Sesai de 2020. A terra indígena Huni Kuin Praia do Carapanã tem, atualmente, uma população estimada em 805 pessoas, segundo o IBGE. Os Huni Kuin habitam a floresta tropical no leste peruano, aos pés dos Andes até a fronteira com o Brasil, no estado do Acre e sul do Amazonas e Purus, abarcando a área do Alto Juruá. Estão distribuídos em doze terras indígenas, situados às margens dos rios Tarauacá, Jordão, Breu, Muru, Envira, Humaitá e Purus. Fonte: (BANT; PESSOA, 2008, p. 83) e (Terra Indígena no Brasil, 2025)

sujeitos da pesquisa, a Paranacre, ao longo das décadas de 1970 até 1980, até a demarcação oficial de suas terras em 1994, e, ainda hoje, com a sobreposição irregular das glebas de Carlos Massa. A Terra Indígena Huni Kuin da Praia do Carapanã está localizada no município de Tarauacá e, segundo seu decreto de homologação, datado de 30 de abril de 2001¹¹, possui uma área de 60.698 hectares e perímetro de 163.706 metros, dividido, oficialmente, em seis aldeias, todas localizadas nas margens do Rio Tarauacá (BANT; PESSOA, 2008, p. 85 e 86).

No livro *Índios no Acre – História e Organização*¹², o relato de Manoel Francisco Huni Kuin destaca as dificuldades frente à Paranacre, além da importância da organização coletiva de seu povo e da demarcação de suas terras, com o apoio da FUNAI

Na Praia do Carapanã, só em 1994 a FUNAI identificou a nossa terra indígena. Agora chegou o tempo de tirar a PARANACRE para os Kaxinawá termos o direito que nos falta. A PARANACRE comprou a nossa terra com todos os índios Kaxinawá dentro. Nós levamos sete anos lutando com nosso cacique, para ter a identificação da nossa terra. Assim foi a nossa luta. Sofremos muito na mão dos brancos. Brigamos muito até que a FUNAI tomou conhecimento que nós tínhamos direito à terra. Começamos a lutar com 52 pessoas. Agora, nós somos 230 pessoas morando na Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã. Nossa terra tem 61.307 hectares e fica no Município de Tarauacá (Índios no Acre - história e organização, 2002, p. 124).

Nas últimas 3 décadas, os Huni Kuin do TI da Praia do Carapanã enfrentam um novo desafio, marcado pela sobreposição irregular de terras da propriedade do apresentador e empresário Carlos Massa, adquiridas da Paranacre em 2002. Na seção subsequente discorrei, sobre os diferentes investimentos de Carlos Massa em suas propriedades em Tarauacá, que vão da exploração e comércio de madeiras à venda de créditos de carbono. Apresento, introdutoriamente, uma breve análise de sua ascensão econômica, a fim de compreender os elos, relações e os mecanismos com as elites e grupos de poder político, possibilitando sua ascensão econômica e inserção em uma elite do agronegócio.

¹¹ (Portal Gov.br, 2001)

¹² Realizado por diferentes professores e professoras de sociedades indígenas do Acre durante estudo no Centro de Formação dos Povos da Floresta, bem como atividades de pesquisa nas aldeias como parte do projeto “Uma Experiência de Autoria” da Comissão Pró-Índio do Acre e da Organização dos Professores Indígenas do Acre. (Índios no Acre - história e organização, 2002, p. 11)

2.2 Carlos Massa, a maior propriedade privada do Acre: Do investimento madeireiro à venda de créditos de carbono

Carlos Roberto Massa, sujeito da pesquisa, ilustra de forma singular a intersecção entre as relações econômicas e políticas e a ascensão financeira pessoal. Nascido em 1956 no município de Águas de Lindoia, interior de São Paulo, sua trajetória inicial reflete o processo migratório comum às famílias camponesas brasileiras, transferindo-se ainda na juventude para o norte do estado do Paraná em busca de sustento na cafeicultura.

Ralph Miliband (1924–1994), sociólogo belga, apresenta em sua obra contribuições teóricas fundamentais para a compreensão das relações entre as elites e o Estado. Partindo de uma renovação da análise da teoria marxista sobre as relações e redes de poder que aproximam as elites econômicas e políticas, sua abordagem busca compreender as conexões, elos e redes que sustentam a crescente presença de empresários no sistema estatal, tal qual suas interações e a possível instrumentalização do Estado.

Em sua obra *O Estado na sociedade capitalista* (1982), Miliband descreve, em um sistemático e documentado estudo, acerca de como as elites econômicas exercem influências sobre as instituições estatais para proveito próprio e ascensão financeira¹³. Seu livro fundamenta-se em uma crítica à teoria pluralista, que defende a ideia de uma igualdade na competição entre as classes sociais pelo poder político e econômico, sugerindo que o capital e o trabalho possuem condições equivalentes de disputa (MILIBAND, 1982, p. 179). Através da investigação de Carlos Massa e de sua ampla rede de conexões, busco evidenciar, operando com a contribuição analítica de Miliband, como a classe proprietária frequentemente usufrui de privilégios e facilidades nos conflitos de interesses sociais.

Sua carreira empresarial iniciou-se como comunicador aos 17 anos, com o programa *Boca de Trombone*, na Rádio Guaicará, no município de Mandaguari, Paraná. No início da década de 80 transfere-se para Curitiba, onde trabalhou em programas na Rádio Nova, Rádio Globo e Rádio Colombo. Na televisão sua trajetória enquanto repórter policial inicia-se em 1989, no programa *Cadeia*, transmitido pela emissora OM, futura

¹³ Na obra, Miliband analisa as características econômicas e sociais comuns em 5 países de capitalismo avançado, que possuem seus meios de produtividade sob controle privado: EUA, França, Alemanha, Grã-Bretanha e Japão. Ao abordar sobre o Estado e a luta de classes no Acre, veremos como o Estado brasileiro desempenhou e desempenha um papel econômico vital para os empresários do agronegócio, através de regulamentações, créditos e subsídios.

CNT/Gazeta. Foi nessa emissora também que, em 1996, estreou seu programa de grande destaque, o *190 Urgente*, característico pelo excesso de palavrões, destruição do cenário e objetos. Em 1998 é contratado para trabalhar no SBT em uma negociação milionária (ZAPANI, 2020, p. 72 a 77).

Cedo também foi seu ingresso na vida política: aos 20 anos foi eleito vereador pelo município de Jandaia do Sul pelo ARENA, sendo reeleito em 1982 pelo PMDB, ocasião na qual licenciou-se para ocupar o cargo de Oficial de Gabinete da Secretaria de Cultura e Esporte do Estado no Paraná entre os anos de 1983 e 1986. Também atuou na câmara dos vereadores de Curitiba no período entre 1989 e 1991, assim como exerceu o cargo de deputado federal pelo mesmo PMDB entre 1991 e 1995 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2025).

Carlos Massa, hoje considerado um dos principais nomes da comunicação brasileira, é proprietário do Grupo Massa, um conglomerado de 73 emissoras de rádio em 9 estados, além de mais 5 canais de televisão. A base desse império foi construída em 2007, quando adquiriu do ex-governador do Paraná e empresário Paulo Pimentel¹⁴ as redes de TV Iguaçu, Tibagi, Naipi e Cidade, por cerca de R\$ 70 milhões. Atualmente, além de seu vasto império de mídia, Carlos Massa também declara em seu portfólio de investimentos empresas nas áreas de construção civil, comércio de estofados, administração de imóveis, restaurantes, fazendas de cultivo de soja, café e criação de gados, entre outras atividades (ZAPANI, 2020, p. 77 a 82).

Em seu milionário patrimônio, avaliado em torno de R\$530 milhões, encontram-se diversas fazendas espalhadas pelo Brasil, 19 no total, e, entre elas, os 175,3 mil hectares no município de Tarauacá, divididas em duas glebas: Paranacre A e Paranacre B. Esta propriedade foi adquirida por Carlos Massa em 2002 junto à Paranacre, sendo registrada em nome da Radan Administração e Participação Ltda, empresa situada no bairro Água Verde em Curitiba, quase 4 mil quilômetros de distância da propriedade. A empresa tem como sócios seus dois filhos, Gabriel Martinez Massa e Rafael Martinez Massa, além do empresário e latifundiário Dante Luiz Franceschi. Parte da propriedade Paranacre B invade o TI Rio Gregório, mais precisamente o território Huni Kuin da Praia do Carapanã, sendo 13,8 mil hectares ilegais sobrepostos à terra indígena. A propriedade foi adquirida

¹⁴ Paulo Cruz Pimentel foi governador e deputado federal por dois mandatos no estado do Paraná. Empresário nas áreas de comunicação e proprietário de diversos imóveis rurais. Ele é casado com Yvone Lunardelli, filha de João Lunardelli, família que possui extensas áreas latifundiárias no ramo sucroalcooleiro e fundadora da Usina Central de açúcar e álcool do Paraná (ZAPANI, 2020, p. 98).

pelo empresário por um valor de cerca de R\$ 330 mil, pago a um grupo de empresários paranaenses, já mencionados, proprietários das empresas Café Cacique, Viação Garcia e Bamerindus (De olho nos ruralistas. Observatório do agronegócio no Brasil, 2023, p. 36).

Em 2005, Carlos Massa investiu R\$ 25 milhões em um estudo de viabilidade econômica para o manejo florestal de suas propriedades em Tarauacá. Também foi apresentado um plano de negócios para a Secretaria Estadual de Florestas e Extrativismo (SEFE) para a instalação de uma indústria de beneficiamento, voltada à produção e comercialização de subprodutos madeireiros, como forros, portas e outras materiais destinados à construção civil. O plano inicial era de transportar os produtos pelo Rio Juruá até Manaus (AM), com o objetivo de alcançar o mercado internacional (Unidades de Conservação no Brasil, 2005).

O empresário e a Radan Administração a Participação Ltda obteve o licenciamento do IBAMA para exploração madeireira em 150 mil hectares de floresta no ano de 2010, bem como a análise e aprovação do Conselho de Desenvolvimento Industrial do Acre. Em mais uma demonstração histórica de luta e organização, lideranças de sete aldeias Yawanawá do TI Rio Gregório realizaram uma carta de repúdio endereçada ao então governador do Acre, Binho Marques (PT), cobrando esclarecimentos acerca da licença ambiental concedida. Na carta, enviada no dia 11 de junho de 2010, as lideranças alegam não ter conhecimento da realização do estudo de impacto ambiental, e, ao cobrar que seja realizada de fato, reivindicam também acesso ao tal documento. Também solicitam o pagamento imediato das indenizações das benfeitorias dos antigos posseiros da TI Rio Gregório. Em protesto, juntamente com ribeirinhos e posseiros da TI, as lideranças yawanawá também ameaçaram bloquear a BR-364, que liga Rio Branco a interior do estado (A Gazeta do Acre, 2010).

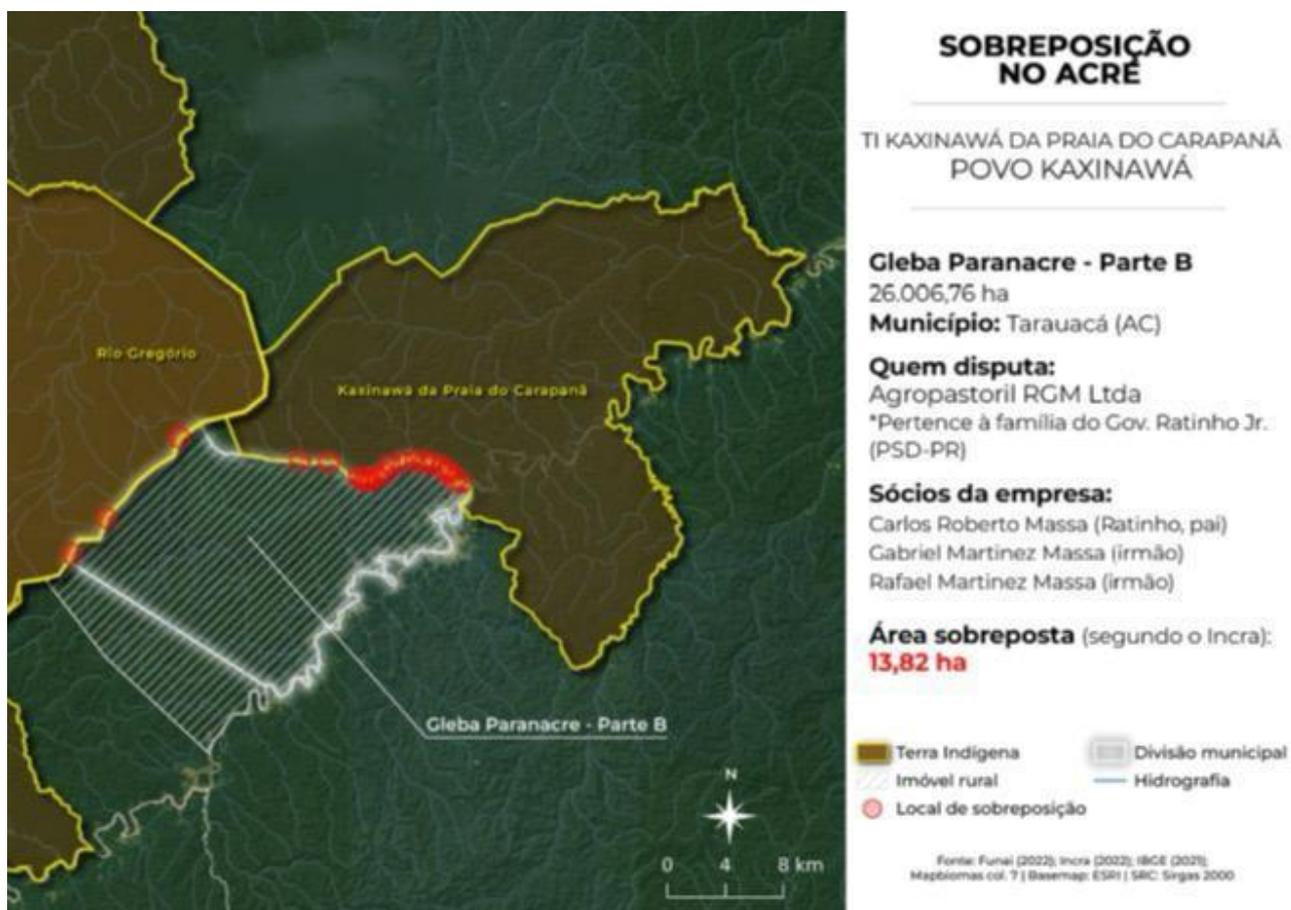
Cinco anos após o ocorrido, e nada feito pelas instituições públicas em favor das comunidades tradicionais, na manhã do dia 23 de junho de 2015, mais de trinta famílias camponesas foram removidas à força pela polícia militar, em cumprimento a um mandado judicial de reintegração de posses das terras reivindicadas por Carlos Massa, localizada no Km 90 da Br-364. Acerca da ação, marcada pela destruição de casas e pertences pessoais, o então vice-prefeito de Tarauacá, Chagas Batista, afirmou que a prefeitura acompanhou o processo de reintegração, que esta ocorreu de forma “pacífica”, minimizando o impacto da expulsão das famílias e a negação de seus direitos, conformando a lógica da concentração fundiária e da expansão madeireira e pecuária na região (A Gazeta do Acre, 2015).

Em de 18 de janeiro de 2021, o Judiciário concedeu uma nova liminar de reintegração de posse em favor da Radan e de Carlos Massa, desta vez atendendo a um pedido de Dante Franceschi¹⁵. Na decisão, a juíza determinou que as 22 pessoas que ocupavam o território há anos se abstivessem de permanecer na área ou de qualquer forma comprometer a propriedade do requerente. Além disso, impôs uma restrição de 50 metros de distância da posse e fixou uma multa diária no valor individual de R\$ 100 (Casa Ninja Amazônia, 2021).

O último movimento de Carlos Massa em suas propriedades caminha na direção do que tem sido a “nova corrida do Eldorado na Amazônia” – a venda de créditos de carbono. Aponta-se um importante momento das terras de Carlos Massa em Tarauacá e seus investimentos e especulação de terras, que vão dos esforços para o licenciamento para exploração de madeira à implementação de projetos de estudos de carbono. Entretanto, observa-se que essa “pseuda-sustentabilidade”, revela profundas contradições internas em suas relações concretas e reais, apresentadas nos conflitos analisados neste artigo. Processos de desapropriação, sobreposição de terras indígenas e uso da violência institucional constituem velhos mecanismos e repetidos discursos que legitimam a acumulação por parte de grandes empresários. Os fatos e personagens da história encenados, ora como tragédia, ora como farsa, evidenciam a permanência das estruturas de dominação e exploração na Amazônia.

¹⁵Consulta de processo junto ao Tribunal de Justiça do Acre: https://esaj.tjac.jus.br/cpopg/show.do?processo.codigo=0E00011A80000&processo.foro=14&uuidCaptcha=sajcaptcha_09ff2e74e8bb4ab4aaa2c25f49a01d97. Acesso em: 03 de abril de 2025.

FIGURA 2 – SOBREPOSIÇÃO IRREGULAR NO TI HUNI KUIN DA PRAIA DO CARAPANÁ



Fonte: (“De olho nos ruralistas. Observatório do agronegócio no Brasil”, 2023, p. 37)

Em uma entrevista concedida ao Podcast *MF Cast* em 2023, Carlos Massa apresenta esse novo discurso em relação às suas glebas em Tarauacá, bem como às perspectivas de retorno financeiro sobre elas. No podcast, o empresário afirma ter investido no mercado de negócio de créditos de carbono, e, embora não tenha recebido nenhum retorno até momento, mantém, no entanto, a esperança de receber em breve. Também destaca que a área está sendo preservada, sem que nenhuma árvore seja retirada, defendendo um novo – revestido de intenções arcaicas – discurso, de que é possível ganhar dinheiro sem derrubar uma árvore (MF Cast, 2024).

Esse mecanismo de investimento é a REDD +, que significa Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD), é um mecanismo adotado a partir da COP -19, realizada em Varsóvia, Polônia, em 2013. A partir do marco de Varsóvia, foram estabelecidos requisitos que preveem retornos financeiros para ações

de preservação florestal em países da periferia do capital. A proposta visa mitigar a emissão de gases de efeito estufa e os impactos associados ao aquecimento global. As empresas e investimento que obtêm o “selo de garantia” REDD+ tornam-se geradores de créditos que podem ser vendidos no mercado de carbono, possibilitando que grandes empresas e corporações internacionais compensem suas emissões “inevitáveis”. Para a implementação e concretização de um projeto de REDD+, é necessário um estudo técnico de avaliação da área a ser conservada, seguido da implementação de estratégias de monitoramento e controle. Na extensa lista de empresas internacionais que investem no mercado de carbono na Amazônia, encontra-se grande conglomerado e corporações como a Amazon, Bayer, Walmart, Samsung e até o time de futebol inglês Liverpool (RUAS, 2024).

Ao citar o time inglês, menciono um esquema criminoso nas proximidades da Ilha do Marajó, no Pará, em que empresas se apropriam ilegalmente de terras públicas como se fossem particulares, usando indevidamente o Cadastro Ambiental Rural (CAR), utilizando-as para comercialização de créditos de carbono para conglomerados internacionais. Entre as multinacionais envolvidas no golpe, além do Liverpool, estão a AIR France, Nestlé, Toshiba, Samsung UK, entre outras. Neste caso, tal iniciativa não passou por qualquer autorização de órgãos do governo, tampouco contaram com a consulta ou consentimento das famílias das comunidades que vivem em assentamentos agroextrativistas na região (CARNEIRO; SETA; VOCCIO, 2023). Este caso ilustra as novas práticas de grilagem e investimento na Amazônia – agora com a carapuça de “preservação ambiental” - de empresários que utilizam ilegalmente terras públicas, dando continuidade ao processo histórico de desapropriação e transformação dos recursos em ativos financeiros no mercado internacional.

Este artigo não pretende aprofundar-se em uma crítica sistemática às ações de venda de créditos de carbono, mas, por meio de seu objeto e sujeitos, apresentar um recorte de um histórico de contradições inerentes ao modelo de especulação de terra e acumulação capitalista no Acre e na Amazônia. Torna-se cada vez mais necessário, e urgente, construir, social e politicamente, outras formas de pensar, viver, produzir e de se relacionar com a terra – especialmente na Amazônia e nos países periféricos, cuja extensas florestas seguem exploradas sob diferentes justificativas ao longo da história moderna. Os mecanismos de preservação propagados por tal iniciativas, convivem com práticas constantes e permanentes de ocupação, grilagem, reintegração de posse e exploração dos recursos. São, não por acaso, os mesmos empresários que ostentam o “selo

de garantia” os que, na prática, perpetuam as velhas e arcaicas dinâmicas de especulação da terra.

As políticas de preservação ambiental deve assegurar às famílias e comunidades, não apenas o direito à terra, mas também a garantia de seus modos de vida, tradições e culturas. Os povos da floresta desenvolvem historicamente na Amazônia, modos de vida e de produção baseados na coletividade com o ambiente, em oposição às práticas exploratórias de grandes conglomerados. É necessário mecanismos mais transparentes e populares de consulta, fiscalização da distribuição do lucro obtido pelas empresas com as comunidades locais, como os povos originários, extrativistas, quilombolas e famílias agricultoras.

3. Considerações finais

Após a análise empírica dos conflitos fundiários em torno do Território Indígena Rio Gregório, em Tarauacá, a partir da década de 1970, foi possível compreender, a partir dos distintos processos históricos de investimento capitalista promovidos pela Paranacre e, posteriormente, pelo empresário Carlos, como os diferentes mecanismos de exploração e acumulação geram impactos profundamente desiguais entre as classes em disputa. Para os povos da floresta, recai o ônus da desapropriação, invasão, expulsão, negação de direitos e violência. Já para os empresários, cujos vínculos com o mercado internacional se mantêm ativos, a terra torna-se um ativo cada vez mais rentável por meio da especulação. Da economia extrativista da borracha nos antigos barracões e seringais, passando pela exploração madeireira e a expansão da pecuária, até a recente venda de créditos de carbono, a pesquisa evidencia as múltiplas desigualdades presentes na disputa por terra e direitos no Acre.

Referências

A Gazeta do Acre. **Índios se sentem ameaçados com projeto madeireiro do Ratinho**, 2010. Disponível em: <https://agazetadoacre.com/2010/07/noticias/geral/indios-se-sentem-ameacados-com-projeto-madeireiro-do-ratinho/>. Acesso em: 08 de abr. 2025

A Gazeta do Acre. **Trinta famílias são retiradas das terras do apresentador Ratinho em Tarauacá**, 2015. Disponível em: <https://agazetadoacre.com/2015/06/noticias/geral/trinta-familias-sao-retiradas-das-terras-do-apresentador-ratinho-em-tarauaca/>. Acesso em: 08 de abr. 2025

ALLEGRETTI, M. H. **A Construção Social de Políticas Ambientais - Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. Tese de Doutorado—Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

BANT, A.; PESSOA, M. **Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Bacia do Rio Juruá: Kaxinawá da Praia do Carapanã, Kampa do Igarapé Primaveira e Kulina do Igarapé do Pau**. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2008.

CARNEIRO, T.; SETA, I.; VOCCIO, G. Globo. **Fraudes na Amazônia: empresas usam terras públicas como se fosse particulares para vender créditos de carbono a gigantes multinacionais**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/10/02/fraude-na-amazonia-empresas-usam-terras-publicas-como-se-fossem-particulares-para-vender-creditos-de-carbono-a-gigantes-multinacionais.ghtml>. Acesso em: 12 de abr. 2025

Casa Ninja Amazônia. **Com projeto de exploração de terras no Acre, Ratinho ameaça comunidades e áreas ambientais.**, 2021. Disponível em: <https://casaninjaamazonia.org/2021/07/29/com-projeto-de-exploracao-de-terras-no-acre-ratinho-ameaca-comunidades-e-areas-ambientais/>. Acesso em: 09 de abr. 2025

De olho nos ruralistas. Observatório do agronegócio no Brasil. **Os Invasores parte II - Parlamentares e seus financiadores possuem sobreposições em terras indígenas**, 2023.

DINIZ, N. S. DE M. **Chico Mendes: um grito no ouvido do mundo; como a imprensa cobriu a luta dos seringueiros**. 1. ed. ed. Curitiba: Appris, 2019.

Folha de S. Paulo. **Stora Enso compra divisão da International Paper no Brasil por US\$ 415 milhões**, 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u110407.shtml>. Acesso em: 08 de abr. 2025

HARNECKER, M. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. São Paulo: 6ª edição, 1981.

Índios no Acre - história e organização. 2. ed. ed. Rio Branco, Acre.: Comissão pró índio do Acre, 2002.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. v. 9, n. n. 3, p. 325, 2017.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MF Cast: **Ratinho: do entretenimento ao agronegócio.**, [2025]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HYig_tP_kRA&t=1479s.

MILIBAND, R. **O Estado na sociedade capitalista**. 2º edição ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

Portal da Legislação - Planalto. **Decreto Nº 11.690**, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11690.htm. Acesso em: 09 de abr. 2025

Povos indígenas do Brasil. **Huni Kuin (Kaxinawá)**. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Huni_Kuin_\(Kaxinaw%C3%A1\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Huni_Kuin_(Kaxinaw%C3%A1)). Acesso em: 09 de abr. 2025

RAMOS, M. F. De olho nos ruralistas. Observatório do agronegócio no Brasil. **Ratinho, o fazendeiro (II) - Paranacre se apossou de terras "com os índios junto**, 2021.

RUAS, C. Mongabay. **“World’s largest” carbon credit deal in the Amazon faces bumpy road ahead**, 2024. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2024/10/worlds-largest-carbon-credit-deal-in-the-amazon-faces-bumpy-road-ahead/>. Acesso em: 08 de abr. 2025

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: [s.n.]. v. 03

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa - a árvore da liberdade**. 4^o edição ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TONI, F. et al. **Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia: Acre, Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

Unidades de Conservação no Brasil. **Acre: Ratinho investirá R\$ 25 milhões em manejo**, 2005. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/16277>. Acesso em: 09 de abr. 2025.

VINNYA, A. L.; OCHOA, M. L. P.; TEIXEIRA, G. DE A. **Costumes e Tradições do Povo Yawanawá**. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre/Organização dos Professores Indígenas do Acre, 2006.

ZAPANI, A. Ratinho, de Sião ao Bilhão: Um estudo genealógico de uma elite sem nome e sobrenome. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses**, v. v. 6, n. N. 2, p. 70–103, 2020.